

Sant'Anna (D), continua conversando com parlamentares sobre o bloco suprapartidário de apoio

Governo susta formação de bloco de sustentação

O Governo resolveu deixar de lado a formalização do bloco de maioria para sustentação parlamentar. Depois de duas semanas de seu anúncio e várias alterações na estratégia, o líder do Governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna, afirmou ontem que não quer «falar de bloco até a próxima semana». Com isso, ele tenta manter a expectativa em torno de uma maioria parlamentar formal. Por sua vez, um dos coordenadores do Centrão, deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), assegura que não tem conhecimento de qualquer movimentação ou estratégia conhecida para iniciar os contatos, sejam eles individuais ou partidários.

Baseado na lista de votação do sistema de Governo e do mandato

de cinco anos para os futuros presidentes, o deputado Luis Eduardo Magalhães (PFL-BA), afirma que o «Governo não tem necessidade de se preocupar com a formalização do bloco de maioria». Reconhecendo a dificuldade de conseguir adesões via partidos, acredita que a Constituinte não permite a coleta de assinaturas para um documento de apoio incondicional ao Governo do presidente José Sarney. «O que importa é que nas votações de questões mais delicadas temos a maioria dos votos assegurada», afirma o deputado que também desconhece qualquer iniciativa que permita a formação do bloco.

O único que não reconhece publicamente a virtual inviabilidade é o líder Carlos Sant'Anna. Mas o seu comportamento

nos últimos dias, contrário a qualquer comentário sobre o assunto, já é o suficiente para que alguns constituintes que mantêm apoio ao Governo Sarney, acreditem que pela terceira vez não será possível cobrar sustentação política de parlamentares, através de adesões a documentos ou programas de ação.

Dificuldades

As dificuldades para a formalização do bloco começaram a surgir imediatamente após o seu anúncio. O presidente do PDS, senador Jarbas Passarinho (PDS-PA) e o líder do PTB na Câmara, Gastone Righi (SP), declararam que não aceitariam fazer parte do grupo. O PMDB também reagiu, com a elaboração de um documento criando um bloco peemedebista de oposição ao Presidente, que já tem 92 assinaturas — sendo 23 de senadores.

Unido, PTB desmente participação

O presidente nacional do PTB, Paiva Muniz, reafirmou ontem que seu partido não vai participar de nenhum bloco suprapartidário de apoio ao governo, também a banda federal do Partido Trabalhista Brasileiro e a Comissão Executiva Nacional se reuniram em Brasília, debateram o assunto e aprovaram, por unanimidade, uma nota oficial desautorizando as especulações no sentido de que o PTB já estaria alinhado ou está em vias de alinhar-se à corrente que, dentro da Constituinte, pretende dar sustentação ao presidente José Sarney.

«O PTB — diz a nota — tem divergido do atual governo, pela sua falta de nitidez, por sua tibieza, pela ausência de programas explícitos e articulados com a necessidade nacional. Contudo, ciente de que se trata de um governo de transição, e consciente das dificuldades conjunturais, tem preferido a crítica construtiva à

oposição sistemática».

Paiva Muniz, por sua vez, observou que as especulações surgem «exatamente num momento em que o partido vem contabilizando uma série de adesões importantes, que dão ao PTB uma condição de crescimento invejável». O dirigente acrescentou que as insinuações acerca de um possível adesismo dos petebistas «são injustas, porque o partido não barganhou e nem barganha cargos, nem pleiteia nomeações».

A respeito das várias filiações que o PTB vem recebendo de políticos ligados ao governo, Paiva Muniz não concorda que elas estejam sendo estimuladas pelo Executivo. Disse, também, que o partido não exige atestado ideológico daqueles que o procuram: «Somos um partido pluralista e não teria sentido fazer esse tipo de exigência. O único compromisso que exigimos é de

princípio: trabalhar para fortalecer o trabalho».

Também o líder petebista na Constituinte, Gastone Righi (SP), voltou a negar que o PTB sequer esteja conversando com os organizadores do projetado bloco de apoio ao governo. «Nós continuamos dizendo que este é um governo de transição, mas que insiste em manter uma postura de governo permanente. Acho essa divergência fundamental e estou convencido de que ela impede qualquer aproximação entre o PTB e o governo. Essa possibilidade não existe».

Ontem, a direção nacional do PTB confirmou que amanhã, em Fortaleza, vai filiar-se ao partido do ex-governador do Ceará, Luiz Gonzaga da Motta. Foi também divulgada a filiação do deputado federal Benedito Monteiro, do Pará.

Lourenço não quer exemplo peemedebista

«Não podemos seguir o exemplo do PMDB, dando espetáculo público de desagregação».

Este foi o teor de apelo, dirigido pelo líder do PFL na Constituinte, José Lourenço, aos deputados Ricardo Izar (PFL-SP) e Mozarildo Cavalcante (PFL-RR), no sentido de que suspendessem a coleta de apoios na bancada, a ser endereçada a direção nacional do PFL, protestando contra a orientação dada ao seu último programa de televisão.

Ricardo Izar acatou o pedido e informou que já havia obtido 64 assinaturas, mas deixou claro a posição do grupo:

«Queremos maior participação da bancada nas decisões do PFL. Não queremos ser marginais do partido. O programa de televisão foi a gota d'água de um descontentamento que vinha crescendo. O que queremos é que toda a posição que vier a ser adotada pelo partido decorra de consulta prévia a todos os deputados ou aos líderes. Queremos participar».

As gestões de José Lourenço objetivam apenas a que os problemas internos do PFL não sejam divulgados pela imprensa. Ele continua a sustentar a defesa do Governo José Sarney, com apoio da maioria da bancada, contra a opinião do presidente do PFL, senador Marco Maciel.

Anteprojeto regula eleição municipal

O líder do PMDB na Câmara, Ibsen Pinheiro (RS), divulgou ontem o anteprojeto que regulamenta as eleições municipais deste ano, resultado das sugestões das lideranças partidárias no Congresso Nacional. A proposta prevê eleição em dois turnos nas cidades com mais de 200 mil eleitores, da mesma forma como foi aprovado pela Constituinte, e mandato de quatro anos para prefeitos e vereadores.

Na próxima terça-feira, os líderes deverão se reunir para elaborar a redação final do projeto a ser apresentado à Mesa da Câmara. Ibsen Pinheiro, indicado pelos seus colegas como relator da matéria, estima que a regulamentação das eleições municipais deverá ser aprovada já na semana que vem pelos deputados e pronta para ser votado no Senado.

Candidatos

Na Constituinte, entre deputados e senadores, existem mais de 100 parlamentares que deverão concorrer às eleições de prefeitos, previstas para novembro deste ano. Assim, as propostas de prorrogação dos mandatos municipais deverá encontrar forte resistências entre os constituintes. Entre os candidatos estão os deputados Lúcio Alcântara e Luís Marques que devem disputar a prefeitura de Fortaleza; Cássio

Cunha Lima, Campina Grande (PB); Fernando Lyra e Joaquim Francisco, Recife; Mendes Thame, Piracicaba (SP); Fausto Rocha e Ricardo Izar, São Paulo; Joaquim Bevilacqua, São José dos Campos (SP) e Manoel de Castro, Salvador.

Segundo a proposta do deputado Ibsen Pinheiro os partidos políticos com registro definitivo ou permanente e os que tenham processo de registro em andamento e representação no Congresso, poderão registrar candidatos às eleições. Isso visa facilitar a candidatura dos parlamentares que saíram do PMDB, nos últimos dias, e ainda estão sem partido. Também as Convenções foram fixadas para o dia 15 de agosto. Já o prazo de domicílio eleitoral no município e a filiação partidária deverá ser de 90 dias antes do pleito.

Ao comentar o projeto de decisão encaminhado anteontem à Mesa da Constituinte com 546 assinaturas pelo deputado Antônio Faria de Sá (PTB-SP) e que mantém as normas vigentes para o pleito municipal, Ibsen Pinheiro assinalou que politicamente ele tem o mesmo objetivo da proposta das lideranças partidárias que é o de assegurar o pleito este ano. «Mas tecnicamente o projeto de lei será mais rápido».

«Históricos» definem hoje o rompimento

Os históricos do PMDB entregam hoje de manhã ao deputado Ulysses Guimarães o documento que formaliza o rompimento do grupo com o Governo do presidente José Sarney. Até ontem de manhã, quando foi feita a última conferência das assinaturas, o grupo já tinha 92 adesões — sendo 23 de senadores. O documento a ser entregue ao presidente do partido, no entanto, não tem o mesmo conteúdo da proposta inicial, pois os coordenadores acataram a sugestão de retirar o trecho que condicionava a permanência do grupo no PMDB à aprovação de eleições presidenciais ainda este ano durante a votação do capítulo das Disposições Transitórias.

Acreditando que o documento ainda poderia obter 100 adesões, os parlamentares do grupo dos históricos garantiram que a alteração não foi feita para tentar alcançar um maior número de assinaturas e sim evitar constrangimento para os parlamentares que não estão dispostos a abandonar a legenda. Antes da alteração, foram colhidas 81 assinaturas e para os coordenadores essa é uma demonstração de que a composição do grupo seria a mesma já que o fato maior envolvido é o rompimento com o Governo Sarney.

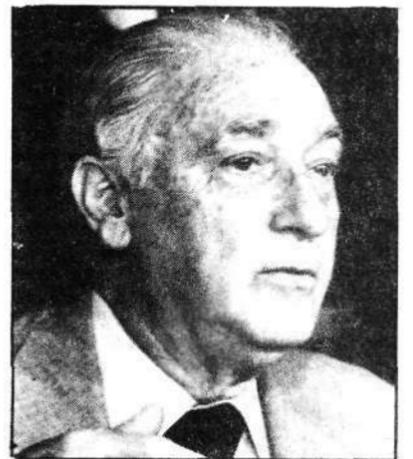
O manifesto, que foi assinado por mais de um terço da bancada peemedebista na Câmara e mais da metade da do Senado, está sendo mantido em completo sigilo. A maior adesão foi dos parlamentares da Bahia e Rio Grande do Sul, onde os governadores Waldir Pires e Pedro Simon formalizaram o apoio à iniciativa. Na Bahia, por exemplo, apenas cinco deputados não aderiram à proposta e oito das onze assinaturas feitas ontem pertencem àquela bancada.

Novo Partido

Apesar de ter sido retirado do texto o condicionamento à aprovação de eleições diretas esse ano à permanência do grupo no PMDB, está sendo avaliada durante as reuniões a formação de um novo partido. Estão participando dessa discussão inclusive parlamentares que se desligaram recentemente do PMDB, como os deputados Pimenta da Veiga (MG) e Cristina Tavares (PE).

Na reunião de ontem eles chegaram à conclusão de que esse novo partido poderá ser fundado com, aproximadamente, 100 parlamentares, caso a convenção nacional do PMDB não acate a proposta de romper com o Governo Sarney.

Arquivo 14/1/86



Montoro: resgatar o PMDB

Montoro é contra grupo independente

São Paulo — O ex-governador Franco Montoro — um dos responsáveis pelo movimento dos históricos para resgatar o PMDB — é radicalmente contra o rompimento com o Governo e a formação de um bloco independente. «Trabalho no sentido de tentar resgatar o PMDB, que, infelizmente, se dividiu, pois a conquista do poder atraiu muitas adesões e esse adesismo acabou gerando a predominância de interesses menores que desvirtuaram o partido. Não podemos deixar cair a bandeira do PMDB», afirmou o ex-governador.

Franco Montoro acredita ser impossível prever qual será o mandato do presidente Sarney, mas disse que a pressão popular, favorável aos quatro anos, «pode ajudar muito a sairmos do regime de transição e restaurarmos a democracia».

Montoro está esperando que a Constituinte fixe a data das eleições para que se defina como candidato a candidato. «Por enquanto não há candidaturas à Presidência da República e sou apenas um candidato possível», disse ele.